

CAMINHOS DA IMIGRAÇÃO ITALIANA NO RIO GRANDE DO SUL (XXX)

POR QUE O RIO GRANDE DO SUL?

Os estados do Espírito Santo, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná receberam imigrantes europeus, em especial italianos-vênetos, não como substituição da mão-de-obra escrava, mas como processo de implantação da agricultura em pequena propriedade, trabalhada pela mão-de-obra familiar.

Neste sentido, o Rio Grande do Sul foi privilegiado, não só pelo maior número de imigrantes, (cem mil), mas, também, pela política do governo central através da implantação de quatro Colônias Imperiais em território gaúcho, o que não ocorreu nos outros estados acima citados, embora tenha havido participação do governo imperial. As Colônias Imperiais, apenas para lembrar, eram administradas diretamente pelo governo central, e foram: Conde D'EU, Dona Isabel, Campo dos Bugres e Silveira Martins.

Pode-se perguntar pelas razões deste interesse prioritário do governo imperial em trazer imigrantes para o Rio Grande do Sul. O Imperador, preocupado com possíveis novas invasões por parte de países vizinhos, como a do Paraguai, empenhou-se pessoalmente para povoar as terras devolutas – entenda-se por devolutas as terras pertencentes ao governo – situadas na Serra gaúcha, que começa na Serra de São Martinho, na região central, e se estende até o litoral.

A política imperial tinha como objetivo principal ocupar essas terras fazendo dos seus ocupantes um exército civil que resistiria, num primeiro momento, ao exército invasor. É bom não esquecer que, no Rio Grande do Sul, a idéia de uma possível invasão argentina manteve-se até pouco tempo. Até a bitola dos trilhos do trem foram modificados para impedir que trens argentinos transportassem seu exército.

Outro objetivo da política imperial era continuar a implantação da pequena propriedade como mudança da produção agrícola, já iniciada com a vinda dos imigrantes alemães a começar pela Feitoria de São Leopoldo e estendendo-se preferencialmente pelas terras planas ao longo das várzeas dos principais rios, particularmente os navegáveis.

A questão mais difícil, para a execução do projeto ocupacionista, era encontrar pessoas interessadas a se instalarem nessas montanhas. Foi aí que um fato casual veio ajudar D. Pedro II quando de sua visita ao seu tio Francisco José, imperador da Áustria e irmão de Dona Leopoldina. O imperador brasileiro, observando os tirolezes, camponeses dos Alpes, dedicados à criação de gado leiteiro, pensou logo que eles seriam o povo ideal para ocupar as montanhas do sul do Brasil. Faltava o consentimento do tio Imperador. Este não titubeou em conceder a licença de recrutar quantos quisesse, pois via nos tirolezes súbditos que lhe causavam muitos problemas. O começo não deu muito certo, mas iria dar.

Esse fato acabou gerando a falsa crença de que as terras montanhosas foram destinadas aos imigrantes italianos porque eram de sua preferência.

CAMINHOS DA IMIGRAÇÃO ITALIANA NO RIO GRANDE DO SUL (XXXI)

A UNIFICAÇÃO DA ITÁLIA PARA A MINORIA

A unificação da Itália, embora a maior parte da população não tivesse participado ativamente, foi aceita com certo grau de esperança. Para muitos deserdados parecia que estava em curso um futuro mais promissor. Era só uma questão de tempo na expectativa de ver as promessas cumpridas. Na verdade o único problema solucionado foi o de garantir a unidade territorial e político-administrativa. Os problemas sociais e econômicos, além de não terem sido superados, foram agravados. As causas principais podem ser atribuídas, especialmente, à falta de um pré-projeto sócio-econômico que assegurasse a implantação de políticas governamentais em relação à superpopulação, ao fraco desenvolvimento industrial e ao atraso da atividade agrícola, questões que atingiam fundamentalmente a população menos favorecida. Assim, as esperanças acabaram mais cedo do que se esperava.

É bom sublinhar que a superpopulação, concentrada na área rural, a insipiente industrialização e o atraso na agricultura, além de serem problemas para o governo, se transformaram nas grandes forças estimuladoras da emigração em massa dos camponeses, os chamados contadini, diríamos nós, colonos.

Não se pode esquecer, também, o que já foi lembrado, que a unificação da Itália foi realizada para o benefício de poucos. A maioria da população ficou de fora, tanto das decisões, quanto dos benefícios. A preocupação maior dos promotores da unificação foi a de garantir os privilégios dos poderosos e abastados, os interesses da população em geral ficaram relegados a um segundo plano ou, até, ao abandono.

Neste sentido, observa-se um aspecto contraditório do processo emigratório, se, de um lado, a emigração foi uma atitude, quase desesperada, dos pobres camponeses, por outro lado, ela colaborou de maneira decisiva para resolver parte dos problemas do processo de unificação italiana. Indiretamente os emigrantes acabaram por assegurar a continuidade da unificação sem maiores conflitos sociais.

Para completar esse fato, tomo a liberdade de reproduzir uma passagem da minha palestra, proferida durante o encontro sobre as falas dialetais, promovido pela universidade de Pádua na cidade de Cipa Sapada, perto de Belluno, em agosto de 2002. "Para começar quero sublinhar o fato de que a unificação da Itália não é exclusivamente mérito dos bisavós ou avós dos italianos atuais, mas, também, dos bisavós e avós meus e de todos os descendentes que vivem no Rio Grande do Sul. Eles, os que emigraram, resolveram o problema da superpopulação. Lá nós criamos uma outra Itália inserida na Pátria Brasileira. Quanto aos dialetos, aqui, pelo fato de escolher o Toscano como a língua oficial do Reino da Itália, que passou a ser designado de Italiano, todas as outras línguas passaram a ser dialetos. Nós no Rio Grande do Sul, misturamos as diferentes maneiras de falar dos imigrantes e formamos uma língua comum, que hoje é reconhecida como Talian. Trata-se, segundo os estudiosos, de uma nova língua, com gramática, dicionário, uma vasta obra literária, programas de rádio, colunas em jornais, grupos de teatro e eventos de estudos".

Hoje, o Talian, ou vêneto-brasileiro, está entre os projetos do inventário nacional da diversidade lingüística.

CAMINHOS DA IMIGRAÇÃO ITALIANA NO RIO GRANDE DO SUL (XXXII)

OS AGENTES DA EMIGRAÇÃO

Os agentes da imigração, constituídos pelo governo imperial brasileiro, com o objetivo de povoar as terras devolutas do Rio Grande do Sul e para implantar a agricultura familiar, iniciaram seu trabalho pela região do Tirol. Na época, unificado e pertencente ao Império Austríaco. O imperador austríaco, Francisco José, pai da imperatriz Leopoldina e, portanto, tio de D. Pedro II, imperador do Brasil, permitira que os agentes, credenciados pelo governo brasileiro, poderiam arregimentar todos os tirolezes que quisessem emigrar. Entretanto, pelos comentários que se tem, o sucesso não foi o esperado. Mas, o que parecia, inicialmente, um fracasso não demorou em abrir um caminho inesperado.

Os agentes, sem maiores dificuldades e sem serem incomodados, desceram pelos Alpes, ultrapassaram os limites do Tirol e ingressaram em território italiano. O governo italiano fingiu que nada viu e nada fez para barrar o aliciamento de emigrantes. Ao contrário, ao fazer vista grossa, sabia que estava se livrando de graves problemas sociais futuros, caso houvesse uma revolta de camponeses. A fome e a falta de perspectiva futura foram e são, em todos os tempos, estopins de convulsões sociais.

A omissão da ação governamental seja para barrar os agentes, seja para oferecer soluções aos problemas da população, favoreceram a adesão em massa de dezenas de milhares de italianos, em particular vênnetos, confiantes nas promessas dos propagandistas do Brasil, como um País da Fortuna, até certo ponto, fácil.

Para o inesperado sucesso no norte da Itália e, em especial, entre os vênnetos, deve-se reconhecer que, além da omissão do governo italiano, muito contribuíram dois fatores importantes, digamos, dois tipos de agentes não oficializados

O primeiro fator fundamental que mais contribuiu para que os agentes da emigração recebessem o crédito da população, todos reconhecem, foi a situação de penúria extrema vivida pela população pobre, em especial, da área rural. Era corrente a idéia de que se todos têm que morrer, tanto faz morrer aqui na Itália ou na América. Portanto a decisão, para muitos, pareceu um gesto de desespero, do que de esperança, mais ou menos no estilo, perdido por perdido, vamos arriscar e acreditar nos sonhos da América.

O segundo fator de apoio para emigrar veio da parte do clero. Quantos vigários de paróquias contribuíram decisivamente para que se tomasse a decisão de emigrar, não foi possível quantificar, mas há muitos depoimentos que atestam tal apoio e, até, estímulo. Se eles recebiam alguma vantagem pecuniária, (propina), parece não se confirmar. Tudo indica que eles viam, ingenuamente ou de boa fé, na emigração a mão da Providência Divina.

Neste sentido, vou lembrar a seguinte passagem do livro do Pe. (Mons.) Pio Busanello, A História da Nossa Gente: "Dom Sante, pároco de Istrana, diante das dúvidas de seus paroquianos proclamou: 'Sim, é verdade, meus filhos. Trata-se dum país vastíssimo, vinte vezes maior que a Itália Uma grande nação católica, muito jovem e de muitas esperanças. Oh, a Divina Providência, a Divina Providência!' Repetia entusiasmado."

CAMINHOS DA IMIGRAÇÃO ITALIANA NO RIO GRANDE DO SUL (XXXIII)

O PERFIL DOS EMIGRANTES – CARÁTER PESSOAL

Para traçar o perfil dos emigrantes italianos do norte da Itália vindos ao Rio Grande do Sul, pode-se considerar dois aspectos. Um referente ao seu caráter como pessoas e cidadãos. Outro referente à sua situação sócio-econômica.

Vamos iniciar pela descrição do caráter pessoal. Quanto a esse aspecto parece haver, entre um grande número de estudiosos, um consenso de que se tratava de pessoas de boa conduta moral. Excelentes trabalhadores e cidadãos honestos. Pessoas profundamente enraizadas na família, na confiança de seu trabalho, no respeito à propriedade, na crença total da proteção divina, na prática diária da oração individual, familiar e comunitária, no cumprimento das normas da Igreja e na cooperação mútua em todas as necessidades.

É bom lembrar que o governo brasileiro, junto com os empresários do café, da cana de açúcar e da pecuária, diante da falta de mão-de-obra, especialmente com o início das restrições à prática da escravatura, pensaram em buscar trabalhadores que oferecessem total segurança. O norte da Itália, dadas as circunstâncias oferecia a matéria-prima humana ideal. Segundo os observadores em muitas regiões italianas, especialmente na Região Vêneta, havia gente disponível e disposta a buscar oportunidades de uma nova vida em outros países, longe da miséria e da exploração dos poderosos senhores da terra. E, o que é mais importante, esses vênets correspondiam aos critérios dos interesses brasileiros, pois eram descritos como um povo "manso, respeitoso, trabalhador e também limpo". Raros são os que dizem serem desordeiros. Mesmo nos Estados Unidos, onde emigrou um número elevado de italianos revoltosos e grevistas, defensores das teorias anarquistas, sempre foram reconhecidos como excelentes trabalhadores e cidadãos honestos.

De fato, entre nós a idéia corrente é de que os emigrantes pioneiros eram homens e mulheres de muito trabalho, afeitos ao sofrimento, fortalecidos por princípios religiosos em nome de uma fé acima de qualquer suspeita. Com o passar do tempo, alguns pesquisadores fizeram uma releitura da história e chegaram à conclusão que esse perfil do imigrante pioneiro é mais mitológico do que real. Não quero polemizar, mas não resta dúvida de que olhando atentamente pelo que fizeram os primeiros imigrantes, conclui-se que deviam ser pessoas de tempera muito refinada.

Para concluir essa descrição do caráter do imigrante, embora muito superficial e resumida, gostaria referir-me a dois personagens, embora heróis míticos, Nanetto Pipetta e Radici. Nanetto, apesar de ser um herói desafortunado, sempre manifesta seu respeito pelo bem, pela honestidade, pelos valores religiosos e pelo trabalho. "I digneri se te li cheri, te cogni laorare co fa eo. (O dinheiro, se o que queres, deves trabalhar como eu). Assim, todos nós, imigrantes e descendentes, como dizem Luiz Alberto De Boni e Rovílio Costa, incorporamos um pouco do personagem Nanetto. Esse é o Nanetto do Frei Paulino. O Nanetto ressuscitado passou por diversas metamorfoses nas mãos de diferentes autores.

O Personagem Radici, ao contrário do Nanetto, é avesso ao trabalho, gosta de falcatruas, amante do copo de vinho, nada religioso e de vida familiar irresponsável. Seria ele o representante dos atuais descendentes ou revelaria o lado oculto do imigrante? Pense.

CAMINHOS DA IMIGRAÇÃO ITALIANA NO RIO GRANDE DO SUL (XXXIV)

PERFIL DOS EMIGRANTES – SITUAÇÃO SÓCIO-ECONÔMICA (1)

Os estudiosos da situação sócio-econômica dos emigrantes italianos são unânimes em afirmar que ela era de extrema miséria. Se há alguma divergência é quanto a extensão e profundidade desta miséria.

Diante da complexidade da situação sócio-econômica da Itália e dos emigrantes seria necessário muito tempo, mas, para simplificar, vamos traçar algumas linhas gerais.

1. A agricultura. A quase totalidade dos imigrantes vindos ao Rio Grande do Sul era de trabalhadores rurais em terras arrendadas. Poucos tinham alguma propriedade. Ter uma vaca, cabra ou suínos era o maior sinal de certa riqueza. Vários problemas agravavam a atividade agrícola. Os senhores das terras cobravam altas quotas da produção que poderia chegar à meia. As terras já estavam esgotadas e pouco produziam. A tecnologia era muito atrasada. Basta lembrar um documento do Comitê Agrário de Bassano ao denunciar o grande atraso da agricultura vêneta dizendo que “as máquinas em uso são arados de Cincinato, aperfeiçoados um pouco pelos marceneiros atuais. Muitos vivem ainda nos antigos “casoni”, que são habitações úmidas e frias, cobertas de palha e chão batido”. (Apenas para esclarecer. Cincinato, um hábil guerreiro romano (519-438 a.C), foi nomeado imperador para combater os équos, tribo inimiga de Roma. Quando foi avisado da missão, estava lavrando a terra. Assumiu o comando. Depois de vencer os inimigos e cumprir a missão, renunciou e voltou ao trabalho na lavoura. – Apesar de ser lembrado pelo seu arado primitivo, ele poderia ser lembrado, também, como exemplo para os políticos vitalícios).

2. Analfabetismo. As estimativas gerais apontam acima de 70% de analfabetos. As escolas eram poucas, além disso, como aponta o Professor Petrone: “para o imigrante em geral, a freqüência à escola poderia representar tempo perso (perdido), especialmente para as mulheres”. O grande objetivo era viver bem e para isso precisava trabalhar para progredir economicamente, Portanto, o lema era: “mais vale a prática que a gramática”.

Junto ao analfabetismo havia o desconhecimento da língua italiana. A maioria não a falava. Fato que atingia não apenas os camponeses emigrantes, mas todos os italianos. Estatísticas da época apontam que 98% da população não sabia falar a língua italiana.

3. A desnutrição. Todos os relatos sobre o regime alimentar daquela época revelam que a população em geral se alimentava pouco e mal. A produção agrícola, diante dos pesados encargos, tornava-se insuficiente para pagar o proprietário e alimentar a família. Uma carta escrita por camponeses reflete com clareza a situação dos que partiam. “Encare-nos, senhor Barão. As nossas faces pálidas e amareladas e nossas maçãs do rosto afundadas, com sua muda eloqüência, não lhe são testemunhas de excessiva fadiga e de absoluta falta de nutrição? Nossa vida é tão amarga que por pouco não é morte. Cultivamos o trigo e não abemos o que é o pão branco. Cultivamos as vinhas e não bebemos vinho. Criamos animais e nunca comemos carne. Vestimos farrapos, moramos em covis. E com isso, o senhor não pretende que emigremos? Oprimidos e humilhados de todas as maneiras possíveis, vamo-nos embora, para que o senhor viva melhor”.

CAMINHOS DA IMIGRAÇÃO ITALIANA NO RIO GRANDE DO SUL (XXXV)

PERFIL DOS EMIGRANTES – SITUAÇÃO SÓCIO-ECONÔMICA (2)

4. Doenças. Não é preciso citar as grandes epidemias. Essas atingiam a todos. O que mais afligia as populações pobres eram patologias mais comuns. A doença que atingia grande parte da população era conhecida como Pelagra. Um tipo de anemia proveniente da subnutrição, ausência de proteínas de origem animal e da ingestão excessiva de amidos na base de farinhas (polenta), batatas e castanhas. Nada que uma boa alimentação resolvesse.

O recurso aos médicos era algo que só aconteceria em situação extrema. O que vigorava era a medicina caseira com o complemento das forças divinas. Falar em consultas preventivas, naquela época, era como se falar da televisão. Duas coisas que não passavam pela cabeça de ninguém.

Há momentos que a idéia da morte já não os assustava mais, pelo que se pode concluir deste depoimento dos próprios emigrantes: "Não se vivia mais. Morria-se. Seja o que for. Pior do presente, certamente, não vai ficar. Vamos tentar a sorte. O que tiver de ser, será. E, já que mais cedo ou mais tarde temos que morrer, tanto faz deixar a pele no Brasil ou na Itália". O que era reconhecido, também, por algumas autoridades mais sensíveis ao constatarem que os trabalhadores, em grande parte diaristas, dispunham de um salário mesquinho, de uma comida miserável e de uma acomodação indigente. Em seu rosto estão estampadas a pobreza e a doença: sombras da morte.

5. Vida social. A luta pela sobrevivência não deixava espaço para cultivar a vida social. O pouco de atividade social acontecia no interior das pequenas comunidades, que tinha como referência central a igreja e as atividades religiosas, em estreita relação com a vida familiar. Aliás, é bom lembrar que havia um controle muito grande, seja por parte do moralismo da Igreja, em termos de diversão; seja pela opressão do poder civil no que tange as questões políticas.

Um documento da época descreve com muita clareza essa vida social limitada. "Nas tabernas – está escrito – não se fala nunca de política porque o povo, habituado a calar sobre coisas do Governo, desde o tempo da Sereníssima, (referência à República de Veneza), adquiriu um terror sagrado por tudo aquilo que, mesmo remotamente, se refira ao problema do destino dos povos... Não é nem mesmo necessário colocar vigias nas regiões rurais. As pessoas não saem dos próprios lugarejos, trabalham de sol a sol nos campos. De noite, dirigem-se à igreja para recitar as preces da Ave Maria".

Os relatórios dos prefeitos endereçados ao Ministério do Interior completam a sofrida vida dos emigrantes. Vejamos algumas conclusões: "É a miséria que leva os camponeses a partir". – "O principal motor da emigração é a fome". – "Sem dúvida é a miséria que obriga a população a partir". – "É o escassíssimo salário dos operários que os obriga a abandonar a terra". – "É a miséria... a mesquinhez dos salários".

Os fatos lembrados são poucos, mas suficientes para traçar o perfil dos emigrantes.

CAMINHOS DA IMIGRAÇÃO ITALIANA NO RIO GRANDE DO SUL (XXXVI)

OS LAÇOS AFETIVOS

A decisão de emigrar não era garantia definitiva para partir. Era apenas o primeiro passo, talvez, o mais difícil e traumático, pois representava uma mudança profunda na vida das pessoas e das famílias. O que mais doía naqueles rudes camponeses, especialmente para os mais velhos, era separar-se definitivamente de sua terra natal, de seu vilarejo, de tudo o que lhes era familiar. Neste sentido, Deliso Villa escreveu: “A grande massa populacional dos italianos nascia, vivia e morria num mesmo lugar, à sombra de um mesmo campanário, ligada a pequenos costumes, a tradições ancestrais, a duras privações, a raras festas animadas”. Certamente não era fácil romper com esses laços afetivos tão profundos, basta lembrar as primeiras iniciativas comunitárias, assim que instalados na nova Pátria, de reproduzir o cenário do seu vilarejo, tendo como centro a igreja e o campanário.

A decisão de emigrar, certamente, não foi um exercício da liberdade. Acabou sendo uma imposição. O bispo Scalabrini assim resumiu esta situação: “liberdade de emigrar, não de fazer emigrar. Se é espontânea, realmente a emigração produz bons frutos”. E conclui: “É uma válvula de escape que abre caminhos de esperança aos pobres, alargando o conceito de pátria para além dos confins materiais e políticos, fazendo com que a pátria do homem seja o mundo”.

Como a decisão não foi, claramente, um exercício da liberdade, observa-se que ela foi motivada por duas forças que foram decisivas para superar este universo afetivo, construído e cultivado por muitas e sucessivas gerações. Em primeiro plano pode-se apontar a total falta de perspectivas diante da inoperância dos governantes da Itália unificada em favor dos pobres camponeses. A pergunta mais ouvida era: “Che cosa vuol fare l'Italia?” (o que quer fazer a Itália?) Ninguém se atrevia responder, mas os fatos mostravam, não se estava fazendo nada. A segunda força nada mais era que uma consequência da primeira: a promessa, cantada aos quatro ventos pelos agentes de emigração, de um futuro promissor, ainda que nem tudo estivesse muito seguro. Pela frente, mais do que uma certeza, se desenhava uma aventura com riscos a correr e, nem sempre, claramente compreendidos. As notícias, enviadas pelos que já haviam partido, não eram concordantes. Ao contrário, havia discordâncias, ainda que, pelos depoimentos havidos, as notícias favoráveis eram muito mais freqüentes. As que mais surtiram efeito foram os convites a parentes e vizinhos sublinhando as vantagens de emigrar. Aqui, no Rio Grande do Sul, diziam, as terras são férteis e abundantes, podia-se plantar trigo, milho, feijão, parreiras, batata, árvores frutíferas de toda espécie cultivadas no vale do rio Pó. A lenha é tanta que acaba sendo um estorvo. O que lembrava a extrema escassez na Itália.

O segundo passo, após a decisão, era reunir todos os pertences possíveis de serem transportados para a nova terra. Todo o restante, que não era muito, seria vendido ao melhor preço possível, já que a oferta dependia das limitadas condições econômicas dos que ficavam. A viagem, aos poucos, ia se tornando um fato irreversível.

CAMINHOS DA IMIGRAÇÃO ITALIANA NO RIO GRANDE DO SUL (XXXVII)

AS DIFICULDADES BUROCRÁTICAS

Superado o primeiro impacto diante do fato de ter que romper em definitivo com a terra natal e com os parentes e amigos que ficavam, começava a procura de atender às questões burocráticas. Era preciso providenciar a documentação necessária para o embarque. As exigências não eram muitas, mas para quem nunca enfrentara as normas burocráticas, tudo parecia complicado. O documento principal era o passaporte. Algumas prefeituras forneciam um documento atestando a boa conduta das famílias.

Em princípio todos podiam emigrar desde que estivessem em dia com as leis do Reino Italiano. Assim, os jovens com idade de prestar o serviço militar com duração de três anos, ainda solteiros, não poderiam embarcar. Fato que originou casamentos apressados ou a embarcar no porto de Marselha, na França.

Embora o governo italiano não oferecesse resistência e nem exigisse pagamento para liberar a documentação, alguns funcionários se aproveitavam para dificultar ou, até, para faturar algum dinheirinho extra. Vejamos dois exemplos.

Muitos conhecem a história da Ana Rech, a matriarca fundadora da localidade de Ana Rech, pertencente a Caxias do Sul. Ana Rech, proveniente da região de Feltre, ficou viúva ainda jovem e com nove filhos para criar, numa situação de extrema pobreza. Diante da situação, não encontrou outra saída senão o caminho da emigração. Apoiada pelo filho mais velho, resolve enfrentar o desafio de construir um futuro melhor para si e seus filhos no Rio Grande do Sul. A única dificuldade encontrada foi junto ao oficial de emigração. Ele não queria dar-lhe os documentos, (a lei, gnente de carte). Ela revoltada ameaçou jogar-se com os filhos no rio Piave. Diante da atitude resoluta da mulher, o funcionário resolveu dar-lhe os papeis necessários. Não é preciso lembrar a importância histórica de Ana Rech.

O outro caso, mais grave, foi narrado pelo Mons. Pio Busanello em seu livro, *A História da Nossa Gente*, ocorrido com seu avô. O velho Matheus, viúvo e já com 76 anos, diante da ameaça da fome e da dificuldade de arranjar terras suficientes para plantar e colher o sustento da sua numerosa parentela, resolveu comandar uma turma, formada por nove famílias num total de mais de quarenta pessoas, e tomar o rumo do Rio Grande do sul.

O patriarca Matheus reuniu todas as famílias e expôs seus planos de emigrar. Todos o escutaram atentamente. A proposta foi aceita. De imediato todos começaram preparar a viagem. Ao velho Matheus coube a tarefa de providenciar a documentação. O funcionário público, preocupado com tantos braços para trabalhar que fariam falta, lhe sugeriu para ficar. O velho respondeu, dai-me terras suficientes que nós ficaremos. Aí o funcionário zombou por ter tantos filhos. A resposta foi imediata: eu tenho muitos filhos por que sigo as leis de Deus. A grandeza da Pátria se assenta sobre o cerne de famílias fortes e numerosas.

No dia de buscar a documentação, O funcionário corrupto fez outras exigências indevidas junto com uma quantia em dinheiro, que o velho emigrante, para evitar maiores dissabores, julgou melhor sujeitar-se e pagar a conta.

CAMINHOS DA IMIGRAÇÃO ITALIANA NO RIO GRANDE DO SUL (XXXVIII)

O DIA DA PARTIDA

O dia de partida era esperado com certa ansiedade e, ao mesmo tempo, temido pelo que representava de incerteza. Alguns sentiam saudade antecipada pela separação, outros sofriam diante da possibilidade de um fracasso, mas a maioria nada tinha a lamentar, ao contrário, amaldiçoava os patrões tiranos e exploradores junto com um governo que nada fizera para combater a miséria e a fome. Partir para novas terras, todos tinham consciência, era uma aventura, mas era a única saída para sonhar com uma vida melhor. Aqueles que ficavam assistiam diariamente dezenas e centenas de pessoas descendo das montanhas ou atravessando as planícies, todos carregados com seus fardos, em direção às estações do trem para seguir até Gênova, a grande porta de saída.

A história da imigração italiana mostra que a dimensão religiosa sempre desempenhou um papel fundamental nos vários momentos de todo processo migratório. Para grande parte dos emigrantes a decisão final dependeu da confiança depositada nas palavras do Padre. Um número, não contabilizado de párocos, dizia aos paroquianos que a emigração era uma dádiva de Deus como solução da fome e da miséria.

Com este espírito não é de estranhar que muitos grupos, especialmente quando eram incentivados pelo pároco, reuniam-se para a última missa ou a última prece na Igreja. Depois de abençoados e confortados pela fé, em frente à igreja, davam o adeus aos que ficavam e, numa estranha procissão, em carroças ou a pé, frequentemente cantando as ladainhas, dirigiam-se para a estação ferroviária mais próxima. A cada uma dessas procissões a população ia encolhendo, perdendo os braços mais fortes para o trabalho.

Diante destas cenas, muitas vezes repetida por mais de duas dezenas de anos, pode-se compreender os testemunhos de descendentes dos que não quiseram emigrar, como este: "Convenci-me que realmente partiram os melhores, porque o melhor teve mais coragem e mais fé, o outro (o que ficou) era um coelho."

(Uma observação. Para quem aprecia conhecer melhor a situação e como pensam os descendentes atuais dos italianos que não emigraram, é indispensável a leitura da obra, Duas Itálias de Arlindo Battistel e Rovílio Costa. Nela estão transcritas várias entrevistas realizadas na Itália em 1986 e publicadas em 2000 pela editora EST).

À que avançavam, esses cidadãos retirantes, quase exilados pela fome e pela miséria, mas alimentados pela esperança de uma vida melhor, iam enxugando as lágrimas e acreditando na realidade de seus sonhos. Uma vez embarcados no trem, para a maioria, uma experiência primeira, os sentimentos de separação da pátria e dos amigos iam dando lugar para o encantamento pelas paisagens desconhecidas. De fato, a maioria dos emigrantes, não só os jovens e crianças, mas também o mais velhos, a Itália era desconhecida. Como foi dito os italianos camponeses nasciam, viviam e morriam dentro dos limites de seu vilarejo. Esse desconhecimento acabava transformando a viagem de partida, até certo ponto, numa viagem turística e numa descoberta da própria Itália.

CAMINHOS DA IMIGRAÇÃO ITALIANA NO RIO GRANDE DO SUL (XXXIX)

GÊNOVA, A PORTA DE SAÍDA

Os primeiros momentos da chegada a Gênova foram de total encantamento. Pela primeira vez, esses camponeses pisavam numa cidade grande. As praças, as ruas calçadas, os monumentos, a grandiosidade dos prédios, os navios, grandes e pequenos, atracados ao cais. Tudo era novidade. Naquela época, a Itália tinha, aproximadamente, 22 milhões de habitantes, dos quais 16 milhões eram camponeses. Gênova, com seus 150 mil habitantes, era a sexta cidade da Itália. Nápoles era a maior, com 430 mil habitantes. A vida urbana, a cultura, as obras de arte e os museus, não faziam parte da sua experiência. A própria Roma, mais que ser a capital do Reino da Itália, continuava sendo apenas a cidade do Papa.

Esse é o lado festivo da medalha. O outro lado, infelizmente, foi de muitos dissabores e sofrimentos. Nem sempre se fala sobre os momentos difíceis que os emigrantes passaram antes do embarque nas mãos de indivíduos desonestos e aproveitadores. Aqui é possível trazer, apenas, um pequeno resumo baseado nas muitas informações do Pe. Maldotti, um jovem sacerdote, enviado por D.Scalabrini, com uma única recomendação: "fazer o bem aos pobres emigrantes". É bom não esquecer que entre 1882 a 1894 partiu de Gênova um milhão e meio de emigrantes. Destes, 719 para o Brasil.

Ao chegar pela primeira vez à praça da estação, Pe. Maldotti encontrou cerca de dois mil emigrantes, numa situação assim descrita por ele: "O espetáculo era comovente e, por muitas razões, horripilante. Uma turba de gente suspeita (donos e empregados de hotéis e toda sorte de aproveitadores) agitava-se entre aquele exército da miséria, arrastando a força as famílias daqueles desgraçados atrás de si, rumo a destinos desconhecidos".

O governo, para controlar tais abusos, havia promulgado uma lei criando a profissão de agente de emigração. Bastava inscrever-se em prefeituras. Em pouco tempo passavam dos vinte mil. Sobre eles o Pe. Maldotti escreveu: "Esses profissionais, agora apoiados em lei, se tornaram os mais esplendidos canalhas. Um exército de profissionais delinqüentes".

O fator, gerador desses abusos consistia em trazer os emigrantes com o bilhete do endereço do hotel e o carimbo da agência que os fazia partir, com vários dias de antecedência. Neste tempo de espera intervinha, escreveu Pe. Maldotti, um bando de vampiros e subvampiros que a qualquer custo, das veias estéreis daqueles infelizes deveria sair sangue e mais sangue para todos.

O Pe. Maldott, apoiado por um inspetor de segurança, passava o dia todo, e não ia dormir, enquanto não tivesse resgatado esses emigrantes das mãos dos atravessadores, colocando-os em abrigos improvisados, mas seguros.

O próximo passo foi apelar para a imprensa. Com muito esforço conseguiu fazer publicar esta manchete: Amanhã desvendaremos os mistérios do porto de Gênova. Durante vinte dias os jornais comoveram a cidade publicando as baixezas espantosas, sofridas pelos emigrantes. Diante de tais fatos o governo se viu obrigado a promulgar uma lei exigindo que as empresas de navegação trouxessem os imigrantes, apenas, nas vésperas da partida com a obrigação de aloja-los e nutri-los gratuitamente.

CAMINHOS DA IMIGRAÇÃO ITALIANA NO RIO GRANDE DO SUL (XL)

ENFIM O EMBARQUE

O embarque, certamente, foi o momento mais significativo na história da emigração de cada pessoa. Aí se deu um último passo sobre o território italiano. Aí se estabeleceu a ruptura física definitiva com a Pátria mãe. Aí começou a caminhada em busca da nova Pátria desconhecida. Não havia mais dúvida o retorno se tornava um fato irreversível. Agora havia uma única alternativa, olhar para frente e confiar no destino.

A passagem do pontilhão ao acesso ao navio tinha a dupla função, a de romper com a vida do passado e a de impor a obrigatoriedade de iniciar a tarefa de construir uma nova história. Era uma ponte de mão única. Um parto simbólico. Provavelmente, essas reflexões somente foram feitas muito tempo depois, quando já estavam instalados em sua nova Pátria. Por enquanto a maior preocupação era com os corriqueiros cuidados para não extraviar os pertences e para se manterem unidos.

Os conhecimentos que se tem sobre a travessia estão baseados em relatos orais transmitidos de pai para filho. Documentos escritos de próprio punho pelos imigrantes são poucos. Quase todos os estudiosos da imigração adotaram a tese de que a viagem marítima pouco se diferenciava do tráfico de escravos, com a pequena diferença de que os navios negreiros teriam passado por pequenas adaptações e melhorias. As referências, sempre repetidas, dizem respeito às tempestades, à precariedade da higiene, da alimentação e dos incômodos do mal do mar, além dos falecimentos e dos cadáveres lançados ao mar.

Aqui, sem negar tais relatos, são trazidas as informações dos diários de dois imigrantes que vieram para Colônia de Silveira Martins. Ambos tinham uma escolaridade muito superior aos demais compatriotas, tanto que, foram professores durante muitos anos.

Andrea Pozzobon, cabo-maior bersagliere, para acompanhar a família, deixou as armas, casou e embarcou no navio francês Poitou, chegando, já de trem, em final de dezembro de 1885. Fixou-se em São Marcos, na Colônia de Silveira Martins. Em relação ao navio ele escreveu: "No momento, quem atravessa o oceano, na classe humildade, em comparação com os escravos, que eram amontoados e acorrentados nos porões, faz uma excursão de prazer e, mesmo assim, ressentido e reclama, embora não tenha muita razão".

Júlio Lorenzoni, com 15 anos de idade, fez parte, com a família, do terceiro grupo de imigrantes que acampou em Val de Buia em abril de 1877. Deixou, em suas memórias, os seguintes depoimentos sobre a alimentação: "Às oito horas da manhã, vinha distribuído café com biscoitos em abundância; era a refeição habitual de todas as manhãs, salvo às quintas-feiras em que era acrescido um decilitro de rum e cinco ótimas enchovas para cada um. As duas refeições, almoço e jantar, consistiam em sopa de massa ou arroz com legumes, um prato de carne de vaca ou ovelha, língua, batatas, além de pão fresco e vinho, que nos eram servidos todos os dias. Aos domingos, na refeição do meio-dia, a ração do vinho era duplicada e, completando o almoço, distribuíam um bom prato de frutas secas para cada família". Quanta à água escreveu: "Água quente e fétida, era a única água que, para não morrer de sede, nos víamos obrigados a tomar." (...) "A astúcia da consulta médica, várias vezes, rendia um litro de água fresca, que repartia com a mãe e os irmãos".